



Araçariçuama, 12 de abril de 2024.

Ofício nº 035/2024 - GP

Senhor Presidente,

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência, que foi sancionado:

- **LEI Nº 1033 DE 12 DE ABRIL DE 2024.** Referente ao Projeto de Lei nº 20/2023 que foi encaminhado pelo autógrafo nº 1234/2024, que dispõe sobre: Acrescenta e altera a Lei nº 868, de 06 de janeiro de 2020, que institui o Programa de Parcerias Público - Privadas (PPP) no Município de Araçariçuama e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar meus cordiais cumprimentos.

RODRIGO DE ANDRADE
Prefeito de Araçariçuama

Ao Excelentíssimo Senhor
MARCO PAULO DAL BELLO
DD. Presidente da Câmara de Araçariçuama



LEI Nº 1033 DE 12 DE ABRIL DE 2024
AUTÓGRAFO Nº 1234/2024
PROJETO DE LEI Nº20/2023

Acrescenta e altera a Lei nº 868, de 06 de janeiro de 2020, que institui o Programa de Parcerias Público - Privadas (PPP) no Município de Araçariquama e dá outras providências.

RODRIGO DE ANDRADE, Prefeito do Município de Araçariquama, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 868, de 06 de janeiro de 2020, passa a vigorar com os seguintes acréscimos e alterações:

“Art. 18. (...):

- I. a vinculação de receitas, observado o disposto no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal;
- II. a instituição ou a vinculação de fundos municipais;
- III. a contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público;
- IV. garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que sejam controladas pelo Poder Público;
- V. garantia real, fidejussória e seguro;
- VI. outros mecanismos de garantias admitidos pelo ordenamento jurídico brasileiro vigente.

..... (NR)

(...);

Art. 19-A. Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como mecanismo de pagamento e garantia de adimplemento das contraprestações em Contratos de Parceria Público-Privada cujo objeto contemple os Serviços de Iluminação Pública, a



Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública CIP, quando o objeto contemplar a prestação de serviço público de iluminação pública.

..... (NR)

Art. 19-B. A contratação de Parceria Público-Privada que vincule a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública CIP, fica condicionada a previsibilidade:

- I. na Lei Orçamentária Anual LOA, no ano corrente da assinatura do Contrato da Parceria Público-Privada;
- II. no Plano Plurianual PPA, para os anos subsequentes ao longo de toda a vigência do Contrato da Parceria Público-Privada.

..... (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Araçariguama, 12 de abril de 2024.

RODRIGO DE ANDRADE
Prefeito Municipal